

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



Monografia

PATRIMÔNIO IMATERIAL: uma via para a crise ecológica através da Animação Cultural

Bruno Leonardo Gomes Morais

Rio de Janeiro, 2007

Bruno Leonardo Gomes Morais

**PATRIMÔNIO IMATERIAL: uma
via para a crise ecológica através
da Animação Cultural**

Monografia apresentada
como requisito parcial à Obtenção do Grau de
Licenciado em Educação Física
Escola de Educação Física e Desportos
Centro de Ciências da Saúde
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Orientador: Frank Wilson Roberto

Rio de Janeiro, 2007

RESUMO

Título: PATRIMÔNIO IMATERIAL: uma via para a crise ecológica através da Animação Cultural

Autoria: Bruno Leonardo Gomes Morais

Orientador: Frank Wilson Roberto

A partir da vivência prática e teórica do pesquisador com questões ligadas ao lazer, animação cultural, educação ambiental e cultura popular propõe-se uma reflexão sobre as formas de intervenção e ação da/com a população residente no entorno do Parque Nacional da Tijuca para a busca de valores /conteúdos que pudessem ser resgatados para uma melhor identificação deste público com a floresta. Norteados pelos conceitos de Patrimônio Imaterial e Animação Cultural, e pela profunda convicção da Cultura Popular como espaço legitimador do conhecimento e que se pretende buscar as respostas para as questões surgidas no âmbito da pesquisa. Essas reflexões levam à construção de uma proposta de intervenção a partir da utilização de uma manifestação cultural de uma das comunidades como referência para a Animação Cultural.

Palavras-chave:

Animação cultural	Cultura popular	ecologia
-------------------	-----------------	----------

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os orixás, principalmente a Ogun e Iansã, meus pais de cabeça, que com muita força e luz ajudaram-me neste longo processo de algo que não representa somente o saber acadêmico, mas minha própria essência.

Agradeço a meus pais, Ivaldir e Lea, por terem dado-me a base ética e filosófica para que eu caminhasse com tranqüilidade nesta nem sempre valorizada profissão de vida.

Agradeço a meus filhos porque representam a minha consciência e meu incentivo agora e sempre.

Agradeço aos amigos e amigas que estiveram ao meu lado durante estes anos e que comigo partilharam felicidades, decepções e lutas.

Agradeço a todos os professores que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste texto permeado de saberes.

Agradeço a toda Cia Folclórica do Rio/UFRJ pelo espaço proporcionado à vivência e aprendizado sobre Cultura Popular.

Agradeço a Eleonora Gabriel, Lola, por sua sempre presente capacidade de contagiar-me com seu amor pela Cultura Popular e por desmistificar a idéia de que o pesquisador não deve apaixonar-se pelo que pesquisa.

Agradeço ao professor e camarada Victor Melo pelas contribuições teóricas e práticas que em muito enriqueceram meu olhar sobre o objeto que pesquiso.

Finalmente, agradeço a Frank Wilson Roberto, professor, orientador e amigo, por sua postura humilde, por seu bom humor, pelo seu desprendimento em relação ao academicismo e por ter-me ensinado a não ser um “intelectuálico”.

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a todos os que lutam para que suas culturas mantenham-se fortes e ativas.

A todos os mestres e mestras populares.

Àqueles que fazem de suas vidas verdadeiras obras de arte, da arte de sobreviver.

A comunidade do Matta Machado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 2

O LOCUS DA PESQUISA 5

O ALVO: ECOLOGIA 10

A FLECHA: PATRIMÔNIO IMATERIAL 15

O ARCO: ANIMAÇÃO CULTURAL 19

TEORIA COMO INTERVENÇÃO 22

CONCLUSÕES 25

BLBLOGRAFIA 27

PATRIMÔNIO IMATERIAL: uma via para a crise ecológica através da Animação Cultural

“Eu sou é eu mesmo
Divêrjo de todo mundo...
Eu quase que nada não sei
Mas desconfio de muita coisa”
Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas

“É preciso plantar,
No chão do céu da boca
Verbos à flor da pele”
Marcelo Yuka – F.U.R.T.O

Introdução

Este trabalho é resultado da vivência prática e teórica do autor com questões ligadas à Educação Ambiental, Cultura Popular e Animação Cultural. Propõe-se a uma reflexão sobre as formas de intervenção com a população residente em uma comunidade no entorno do Parque Nacional da Tijuca com vistas a contribuir para a diversificação de soluções para a atual crise ecológica, valorização do patrimônio cultural enquanto saber ecológico e respeito às especificidades sócio-ecológicas de cada comunidade. Pretende também traçar um marco para o início de um mapeamento do patrimônio imaterial no entorno do PNT que pode representar no futuro uma linha de investigação que contribua para o estreitamento das relações entre a administração do parque e as comunidades que o cercam.

Norteados pelos conceitos de Ecologia, Patrimônio Imaterial e Animação Cultural, e pela profunda convicção da Cultura Popular como espaço legitimador do conhecimento comunitário, e campo privilegiado para a compreensão das tensões sociais, é que se pretende buscar as respostas surgidas no âmbito da pesquisa.

No contexto de uma sociedade que revê suas análises sobre a real dimensão da crise ecológica que perpassa o planeta, reflexões a partir de diversas áreas de atuação profissional são essenciais para uma política comprometida de preservação das condições ambientais e sociais do ecossistema global. Nesta práxis, as formas de ação e intervenção da/com as populações residentes em áreas de proteção natural são fundamentais para a busca de conteúdos que possam ser resgatados para criar ou rever o papel destas populações como mantenedoras de um saber tradicional orgânico e ecológico.

A partir de uma concepção da crise ecológica vista enquanto uma falha metabólica nas relações entre homem e meio-ambiente, inerente ao sistema capitalista e agravada pela artificialização e mercadologização das produções culturais no cerne deste sistema, procurou-se estabelecer uma variação em relação a conteúdos e intervenções que pudessem abarcar a dimensão atribuída à questão ecológica e que trouxesse aos sujeitos pesquisados benefícios decorrentes não só de suas condições ambientais, mas que também valorizassem suas produções culturais enquanto um saber ecológico mais eficaz ao debate ao qual este trabalho se propõe.

Discutir as condições ambientais em determinado local a partir da produção cultural de determinado grupo traz como consequência uma análise que, por permitir entrever tensões sociais estabelecidas, evita o lugar comum que destina a estas comunidades o papel de únicas malfeitoras ao ecossistema, respeita a especificidade de cada comunidade e lhes dá a oportunidade de situarem-se ativamente na construção de soluções para seus problemas.

Em analogia à imagem do arco e da flecha, que logicamente pressupõe um alvo, já se tinha um objetivo (crise ecológica) e uma flecha (patrimônio imaterial), faltava para concretizar-se a ação um instrumento que servisse como arco. Este foi encontrado

em uma proposta pedagógica, enraizada nos Estudos Culturais, convencionalmente chamada Animação Cultural.

A partir do estabelecimento do tripé conceitual, o que se fez foi partir para a ação concreta em uma comunidade e sobre sua produção cultural específica, em um processo caracterizado por Williams (1961) de teoria como intervenção.

O passo seguinte foi escolher qual intervenção permitiria maior participação dos pesquisados e também maiores reflexões sobre suas práticas. Sob influência de estudos sobre o uso do Cinema como instrumento de etnopesquisa, optou-se por construir um documentário cinematográfico, onde a partir das suas próprias falas os sujeitos pudessem chegar a conclusões sobre os impactos negativos e positivos de suas criações culturais sobre o seu patrimônio natural, e de que maneira seu fazer cultural pode ser entendido como expressão de um saber coletivo e meio de construção para alternativas de superação de seus problemas sociais.

No capítulo I abordamos o espaço onde se realiza o estudo, suas características geográficas, sociais e culturais.

No capítulo II refletimos sobre as noções de ecologia e seus desdobramentos a partir da visão de Marx diante da sociedade contemporânea.

No capítulo III abordamos o Patrimônio Imaterial como configura-se em um conjunto de conteúdos didáticos mais apropriados ao enfrentamento com a crise ecológica atual.

No IV, discute-se a Animação Cultural como proposta pedagógica mais adequada ao trabalho com os conteúdos contidos no patrimônio imaterial.

No V, apresenta-se a intervenção empírica realizada pelos pesquisadores.

Concluimos no VI refletindo sobre o processo e apontando caminhos a serem desenvolvidos.

CAPÍTULO I

O LOCUS DA PESQUISA

Tijuca corresponde a uma modificação do termo “tijuco”, no idioma tupi (ti’yug) que quer dizer “podre, lama, charco, atoleiro”, daí caminho de lama, caminho difícil. Formado pelo Maciço da Tijuca, Serra da Carioca, Maciço da Gávea e mais recentemente pela anexação da Serra dos Pretos Forros, o Parque Nacional da Tijuca (PNT) compreende uma área aproximada de 39,51 Km² situada entre as zonas norte e sul da cidade do Rio de Janeiro.

O PNT tem sua história diretamente ligada à do Rio de Janeiro desde os primórdios da fundação da cidade até os dias atuais. A ocupação intensiva de sua área tem início com a chegada da Família Real ao Brasil e dos estrangeiros vindos com ela e beneficiados pelo fim da proibição que vedava a eles estabelecerem-se no território brasileiro. Entre estes, alguns eram cafeicultores expulsos do Caribe que aqui chegando foram buscar terras para continuar seus negócios.

A excelente aclimação do café às terras de meia encosta das serras da Carioca e Tijuca logo impulsionou a degradação da biodiversidade da região. Como consequência, os rios que abasteciam a cidade de água potável, e que ainda hoje abastecem uma quantidade expressiva de seus habitantes, perderam a cobertura vegetal que protegia suas cabeceiras e o fluxo de água minguou, preocupando seriamente as autoridades.

Para estancar o problema, em 1817 o Governo Real baixou atos administrativos proibindo a derrubada de árvores nas imediações dos rios Paineiras e Carioca. Entretanto, o aumento da população causado pela chegada da família real, tornou irrelevante tal medida. A partir de 1840, sucessivas crises de abastecimento de água

começaram a atormentar a cidade, obrigando o governo a procurar uma solução para o problema.

Esta começou a surgir em 1843, quando uma praga conhecida por “borboletinha” arrasou as plantações de café nos morros cariocas, fazendo com que o valor das terras naquela região caísse vertiginosamente e impulsionando o ciclo do café na direção do Vale do Paraíba. Montou-se imediatamente uma comissão de estudos, que recomendou a desapropriação de todas as áreas que abrigassem nascentes de água.

Após treze anos de negociações burocráticas, as primeiras desapropriações foram efetuadas. Em 1861 uma portaria baixada pelo Ministério de Obras Públicas regulamentou o reflorestamento da Tijuca e nomeou como encarregado da tarefa o major da Guarda Nacional Manoel Gomes Archer.

Este processo tem duas fases bastante distintas: a primeira caracterizada pela reintrodução de espécies nativas e pela recuperação da cobertura vegetal levada a cabo pelo major Archer, e a segunda, executada pelo tenente-coronel do exército Gastão Luis Henrique de Robert d’Escragnolle, caracterizada pela transformação da floresta em área de lazer. Nesta empreitada Escragnolle foi auxiliado pelo paisagista francês Auguste Glaziou.

Este processo tem como marcos relevantes à elevação da área à categoria de Parque Nacional, em 1961, e sua escolha pela UNESCO, em 1991, como Reserva da Biosfera.

Hoje, a maior floresta urbana do mundo é fruto resultante do trabalho humano, em um processo pioneiro na América Latina e que colocou o Brasil, em pleno século XIX, na vanguarda do ambientalismo mundial.

O PNT é, portanto, um dos poucos lugares do Brasil que são protegidos legalmente, tanto por sua significação natural quanto por sua relevância histórica e cultural.

Apesar de sua importância biológica, histórica e cultural para o Rio de Janeiro, percebe-se uma clara alienação, tanto no visitante ocasional, quanto nos moradores que mantêm com a área uma relação cotidiana. Esta alienação, resultante da falta de políticas públicas educacionais, do contexto sócio-econômico da população do entorno e do descaso com que a administração pública trata a questão ecológica, traz como consequência um progressivo recrudescimento da área total do parque.

Embora tentativas de conscientização sejam buscadas pela direção da unidade e por ONGs, verifica-se que esta influência, principalmente nos moradores do entorno, não chega a criar uma identidade destes com a floresta e os serviços por ela prestados.

Este sentimento de desagregação e alienação não é exclusivo da relação do homem com o meio-ambiente. Segundo Debord (1967), é um processo característico das sociedades industrializadas, pois, “do automóvel à televisão, todos os bens relacionados ao sistema espetacular são também suas armas para reforço constante das condições de isolamento das multidões solitárias”.

Mas, que conteúdos/valores poderiam tornar mais eficazes as práticas educacionais nestas comunidades? De que formas podem ser reavaliadas as receitas ambientais baseadas no etnocentrismo que as prontifica para serem aplicadas em qualquer lugar e qualquer tempo?

A partir do estudo das inter-relações entre patrimônio imaterial e patrimônio natural, e tendo como mecanismo de intervenção pedagógica a Animação Cultural, procurou-se testar empiricamente este tripé conceitual em uma das comunidades que cercam o PNT.

A comunidade Matta Machado é a mais expressiva, em termos populacionais, de um conjunto de pequenas comunidades localizadas no Alto da Boa Vista, sendo paradoxalmente, cercadas pela floresta, ao contrário de todas as outras que formam seus limites. Tem aproximadamente três mil habitantes e sua ocupação remonta a setenta anos.

Como qualquer comunidade à margem da atuação plena do Estado, ela enfrenta problemas relacionados ao desemprego, inexistência de aparelhos de lazer, transporte precário e outros tantos comuns às periferias dos centros urbanos brasileiros. Especificamente, apresenta níveis, comparados a outras comunidades, ainda baixos de ocorrências violentas e sua expansão demográfica tem respeitado integralmente os limites da floresta.

Esta comunidade possui em seu universo cultural, um bloco carnavalesco, que por sua história e capacidade de agregar a coletividade, foi escolhido como ponto inicial da pesquisa.

O **Bloco Carnavalesco Unidos do Alto da Boa Vista**, é uma agremiação que surgiu como satisfação de um anseio coletivo por lazer. Nos seus primórdios, era um bloco de saco, quer dizer, sem pretensões competitivas, voltado exclusivamente para o brincar, sendo este impulso refletido até em seu nome original: Unidos do Curtiçõ.

Com o passar do tempo e o surgimento de novos anseios, o bloco tornou-se uma agremiação de enredo, e hoje ocupa um lugar no grupo especial dos blocos carnavalescos, reunindo em seus desfiles aproximadamente mil pessoas.

Apesar de sua relevância enquanto mantenedor de uma prática tradicional coletiva, o bloco não se apresenta como um espaço propício ao desenvolvimento de um projeto cultural comunitário. Sem quadra, com atividades restritas ao período carnavalesco e enfrentando uma série de problemas de ordem financeira e política, o

bloco caracteriza-se por, nesta tensão permanente entre o espetáculo e a tradição, reforçar, mais do que desmistificar, a ordem social dominante. Na perspectiva de valorização das manifestações culturais, vistas enquanto recipientes de um saber fundamental à contribuição para a construção de uma sociedade mais justa, procurou-se provocar reflexões nos indivíduos responsáveis pelo bloco, de maneira a aguçar estratégias de fortalecimento deste espaço essencial para a coletividade local.

CAPÍTULO 2

O ALVO: ECOLOGIA

Inicialmente a idéia para esta pesquisa surgiu no âmbito de um projeto de educação ambiental realizado no Parque Nacional da Tijuca que era baseado principalmente em caminhadas e nos conteúdos clássicos do ambientalismo (geografia, história e biologia).

Embora se percebesse sutis alterações nas atitudes dos que passavam pelas oficinas, começou-se a questionar a real abrangência destas atitudes em relação a uma crise ecológica de proporções que ultrapassam, apesar de nela ter seu maior reflexo, a questão ambiental propriamente dita.

Orientando-se então por uma perspectiva da crise ecológica não somente como uma crise do sistema de produção capitalista, mas também dos valores culturais apregoados por este sistema, chegou-se a uma análise da conjuntura ambiental como reflexo de um racha filosófico com raízes na tensão dialética entre idealismo e materialismo.

Não se trata portanto de retratar o materialismo como inimigo de concepções naturalistas, como quer fazer a teoria verde contemporânea, mas em demonstrar como abarcar a questão ecológica a partir da ótica materialista pode permitir outros modos ecológicos de pensar.

A questão passa então a evitar o reducionismo “antropocentrismo versus ecocentrismo”, que é uma questão de valores, e tentar compreender a partir da evolução das inter-relações materiais (o que Marx chama de “relações metabólicas”) entre os seres humanos e a natureza, como se insere nesta discussão e como pode auxiliá-la soluções oriundas do campo cultural e, em que medida estas análises materialistas e culturais podem provocar debates mais aprofundados.

O materialismo como teoria da natureza das coisas surgiu no início da filosofia grega. No seu sentido mais geral, o materialismo afirma que as origens e o desenvolvimento de tudo que existe dependem da natureza e da matéria, ou seja, trata-se de um nível de realidade física que independe do pensamento e é anterior a ele.

A concepção materialista da história de Marx era principalmente focada no “materialismo prático”. “As relações do homem com a natureza” foram “práticas desde o início, isto é, relações estabelecidas pela ação” (Marx apud Foster, 1999, p.15). Mas, nesta concepção materialista mais geral da natureza e ciência, Marx abraçou tanto o “materialismo ontológico” quanto o materialismo epistemológico.

Apesar de ao longo de sua trajetória como fundamentação teórica o materialismo ter refutado com sucesso teoria idealistas que tentavam explicar o funcionamento universal através de uma consciência divina ou panteísta, tragicamente para o marxismo, o conceito de materialismo se tornou cada vez mais abstrato e, a rigor, sem sentido. Uma mera categoria verbal reduzida a alguma prioridade na última instância de produção da vida e da existência econômica sobre elementos superestruturais, tais como idéias, se tornando assim inseparável da metáfora base-superestrutura.

O resultado desta evolução tem sido teorias ecológicas que em sua maioria padecem de uma visão dialética do que seriam duas faces da mesma moeda, ou seja, contrapõem o desenvolvimento tecnológico ao ecocentrismo, gerando um processo circular que dificilmente lida com os problemas reais do meio-ambiente e da sociedade. Na verdade, a dicotomização substanciada em tais visões tende a perpetuar as concepções “humanidade versus natureza”.

Ao contrário, a crítica à produção capitalista em Marx, sempre tentou demonstrar a unicidade entre alienação do trabalho e alienação da natureza.

“A universalidade do homem”, escreveu Marx, “manifesta-se na prática nessa universalidade que forma toda a natureza o seu

corpo inorgânico, (1) como meio direto de vida e (2) como matéria, objeto e instrumento de sua atividade. A natureza é o corpo inorgânico do homem, quer dizer, a natureza enquanto não é o corpo humano. O homem vive da natureza, isto é, a natureza é o seu corpo, e ele precisa manter um diálogo contínuo com ele se não quiser morrer. Dizer que a vida física e mental do homem está ligada à natureza significa simplesmente que a natureza está ligada a si mesma, pois o homem é parte da natureza”. (idem, p.18).

Segundo esta concepção, os seres produzem a própria relação histórica com a natureza em grande parte produzindo os seus meios de subsistência. A natureza assim assume significado prático para a humanidade como resultado da atividade da vida, a produção do meio de vida. Mas a atividade prática através do qual os seres humanos realizam isto não é meramente uma produção no sentido econômico estrito, portanto, o homem também produz de acordo com as leis da beleza. Tem-se daí que esta produção também envolva as manifestações populares e que estas, quando autônomas, sejam expressões de um saber ecológico.

Segue-se que a alienação é ao mesmo tempo a alienação da humanidade da sua própria atividade de trabalho e do seu papel ativo na transformação da natureza. Tal alienação, representa para Marx “a alienação do homem em relação ao seu próprio corpo, da natureza tal como ela existe fora dele, da sua essência espiritual, da sua essência humana”. Além disso, esta é sempre uma alienação social, na medida que esta se manifesta na relação que o homem estabelece com outros homens.

A alienação chega a ponto de transformar em ambiente natural o degradado. Como resultado desta alienação da humanidade e da natureza, foram alijados não só o trabalho criativo, mas os elementos essenciais da própria vida. Não é de estranhar que as manifestações culturais genuínas estejam desaparecendo, ou perdendo completamente sua autonomia frente à indústria cultural, nestes bolsões de exclusão nos quais se constituíram as periferias.

O conceito de falha metabólica, na teoria de Marx, permite observar com clareza, as implicações que a produção material e cultural do sistema capitalista trouxe para a construção da alienação material dos seres humanos dentro da sociedade em relação às condições naturais que formaram a base de sua existência – o que ele chamou “a perpétua condição da existência humana imposta pela natureza”.

Não se trata, portanto de uma alienação, no sentido idealista, como uma questão de valores, mas de uma alienação concreta, na expulsão real do direito à vida. Como então querer que as comunidades tenham consciência da questão ecológica, cuidem de uma terra a qual não tem mais sentimento de pertencimento? Será que a própria política conduzida pelas unidades de conservação, não é em si alienante?

O que venho tentando defender é que se nos prendermos às receitas etnocêntricas e ecológicas prontas a serem aplicadas em qualquer lugar e a qualquer tempo, estaremos adiando a verdadeira discussão sobre as implicações do ideário capitalista para o futuro das gerações seguintes. Logicamente nem uma mudança das superestruturas pode garantir a ascensão do pensamento ecológico. O comunismo já provou ser tão predatório ao meio quanto o capitalismo, o que se faz necessário é uma revolução na maneira de encarar a relação entre os homens.

Acredito que esta revolução possa se iniciar a partir do entendimento sobre o conhecimento ambiental tradicional, incrustado em culturas hoje extintas ou ameaçadas, não apenas para recuperar este saber essencial numa época caracterizada pela crise ecológica, mas também para enfatizar a importância da sobrevivência cultural para estas comunidades nativas, hoje ameaçadas pela penetração do capitalismo.

Revolucionar a questão ecológica é inserir no receituário ambiental questões referentes à relação entre os homens. Solidariedade, companheirismo, ludicidade, sentimento de comunidade, são todos elementos pertencentes à verdadeira ecologia,

presentes nos conhecimentos e no viver tradicionais, os quais atualmente tem sistematicamente sidos relegados ao segundo plano, na verdade, a plano nenhum.

CAPÍTULO 3

A FLECHA: PATRIMÔNIO IMATERIAL

A proposta defendida até aqui tem como base a interdependência entre patrimônio natural e imaterial, criando uma relação direta entre ambiente e cultura, demonstrando como a degradação de uma pode levar ao fim da outra, e como, sob esta ótica, poderiam estar em maior evidência aspectos da tensão social que em outras análises não viriam a emergir.

Evoco lugares e objetos como sinais topográficos e vasos recipientes da história que sensibilizam e participam na formação das emoções, conseqüentemente da cultura local, e que a partir da valorização da produção cultural da própria comunidade é que se poderia construir uma proposta pedagógica ecológica mais próxima do entendimento que se estabelece.

O patrimônio imaterial se constitui em uma recente categorização de bens culturais caracterizada segundo a UNESCO (2003) como:

“(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.”

Conceitos não são abstrações de palavras, representam tensões que se estabelecem em torno de lutas entre grupos sociais pela afirmação e aceitação de determinadas idéias.

Em relação ao conceito de Patrimônio Imaterial, parece haver uma dupla conquista tanto para pesquisadores quanto para os sujeitos detentores do patrimônio.

Em primeiro lugar porque a materialidade conceitual de um patrimônio imaterial não está somente no campo ideal, mas também no reconhecimento deste como um modo de estar com o mundo de uma determinada comunidade. Tem-se então que a simples catalogação e o reconhecimento de determinada expressão cultural não garante a autonomia necessária para que as transformações na tradição, já que esta é dinâmica, provenham dos próprios sujeitos da manifestação, e não de imposições mercadológicas ou do paternalismo estatal.

Em segundo lugar, a perspectiva material abre espaço para uma análise mais profunda da dinâmica social, permitindo aflorar as relações de opressão e resistência que se estabelecem em torno das práticas culturais. Se por um lado o sujeito não é mais visto somente como vítima ou resistente, tem-se também a oportunidade de analisar a manifestação como criação coletiva de um determinado grupo, na qual, a solidariedade é o maior traço de saber a ser preservado, e que, por isso, os benefícios de seu reconhecimento devem ser estendidos a toda comunidade e não somente a indivíduos isolados.

O trabalho, ao relacionar esta categoria à sua relação com a natureza, com o entorno, e historicizá-la, evita a noção teórica que mais bem explica o fracasso de grande parte das análises folclóricas: a sobrevivência. A percepção dos objetos e costumes populares como restos de uma estrutura social que se apaga é a justificativa lógica de sua análise descontextualizada. Se o modo de produção e as relações sociais que geraram essas “sobrevivências” desapareceram, não há porque se preocupar em encontrar seu sentido sócio-econômico.

Pensar o popular é sempre pensar nas lutas travadas em torno da cultura, tradições e formas de vida das classes populares. O capital tem interesse na cultura das classes populares porque a manutenção da ordem social em torno do capital exige um

processo contínuo de reeducação, e a tradição popular constitui um dos principais locais de resistência às maneiras pelas quais a “reforma” do povo é buscada. É este o motivo pelo qual o tradicionalismo da cultura popular tem sido tão frequentemente interpretado como conservador, retrógrado e anacrônico.

Outro aspecto *dificultador* das análises folclóricas é o recorte do objeto de estudo. Interessam mais os bens culturais – objetos, lendas, músicas – que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação, a desconsiderar injustiças sociais, tensões e interações determinantes na produção cultural popular.

O que importa não são os objetos culturais intrinsecamente ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais. A tradição, elemento vital da cultura, pouco tem a ver com a persistência das velhas formas, mas, muito mais, com as formas de articulação e associação de elementos.

A capacidade de construir classes e indivíduos enquanto força popular – esta é a natureza da luta política e cultural: transformar as classes divididas e os povos isolados em uma força popular democrata.

Ainda, nas palavras de Hall (2003):

“(…) a cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada, é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência. Não é a esfera onde o socialismo ou uma cultura socialista – já formada – pode simplesmente ser Express. Mas um dos locais onde o socialismo pode ser constituído”. (p.263)

Assim como esfera da constituição do socialismo, a cultura popular também é o espaço constituidor da ecologia, espaço antropofágico do moderno onde o saber popular

pode contribuir com conhecimentos próprios para a resolução conjunta da crise ambiental que a todos afeta.

CAPÍTULO 4

O ARCO: ANIMAÇÃO CULTURAL

Norteados pelos conceitos de Patrimônio Imaterial e Natural passei a buscar uma pedagogia, uma proposta de intervenção que pudesse satisfazer a compreensão materialista da pesquisa.

Esta foi encontrada na Animação Cultural, definida por Melo (2004) como:

“(...) uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais (considerando as tensões que nesse âmbito se estabelecem) que concedem *concretude* à nossa existência cotidiana, construída a partir do princípio de estímulo às organizações comunitárias (que pressupõe a idéia de indivíduos fortes para que tenhamos realmente uma construção democrática), sempre tendo em vista provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa. É uma proposta de Pedagogia Social que não se restringe a um campo único de intervenção (pode ser implementada no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação), nem pode ser compreendido por somente uma área de conhecimento.”

Esta pedagogia tem raízes conceituais nos Estudos Culturais desenvolvidos na Inglaterra em princípios do século XX por Raymond Williams e E.P. Thompson que trabalhavam como professores em classes de alfabetização de adultos. Qualquer semelhança com a pedagogia de Paulo Freire não é mera coincidência, apenas fez-se opção pelos autores ingleses por estes terem desenvolvido teorias sistêmicas sobre Cultura.

Todo esforço desenvolvido por Williams nos primórdios da disciplina foi orientado no sentido de redirecionar o debate em torno do termo Cultura para tirá-lo do campo idealístico e trazê-lo para o campo material, e segundo suas convicções, através

desta materialidade proporcionar, via objetos culturais, uma análise mais profunda da sociedade.

Willians desenvolve sua teoria através de uma defesa da cultura como ordinária. Simultaneamente ele defende não só o acesso de todos à cultura, como também o papel ativo de todos na produção cultural.

Evitando as duas saídas que a visão liberal, inclusive na sua versão conservadora, impõe, ou seja, difusionismo ou elitismo, situar a cultura como ordinária é trazê-la para o domínio das pessoas comuns, portanto é vê-la como o campo de tensão das lutas sociais.

A identificação com a proposta da Animação Cultural é direta na medida em que vivemos em uma sociedade na qual a Cultura assume o papel de “cavalo-de-Tróia”, mas somente enquanto ludicidade superficial e mercadoria, somente enquanto o campo do sensível é invadido pelo “mais do mesmo”.

Não se trata apenas de analisar materialmente a cultura ou pensar práticas artísticas transgressoras, pois todos sabem a capacidade deste sistema em tornar mercadoria mesmo práticas mais subversivas. O que se propõe é uma grande articulação, seguindo uma orientação de Giroux (2003), entre todos os tipos de trabalhadores culturais, na busca da construção de modelos alternativos de política e intervenção cultural.

Situar a cultura como atividade social primária neste caso não se configura como equívoco, pois, a produção de significados e valores é uma atividade humana primária que estrutura as formas, instituições, relações e também as artes. Não é possível compreender as mudanças em que estamos envolvidos se nos limitarmos a pensar, como nos induz a fragmentação capitalista, as revoluções democrática, industrial e cultural como processos separados.

Segundo Willians (1961) “Considerar a arte como processo específico entre os processos humanos gerais de descoberta e comunicação equivale a redefinir o status da arte e reencontrar seu elo de ligação com a vida social ordinária”.

Essa revisão do sentido de criatividade e das artes é fundamental para se compreender a definição extensiva de cultura como a conjunção de todo um modo de vida e dos processos especiais das artes e do aprendizado. A criatividade como algo comum a todos possibilita perceber a relação entre os significados e valores formulados nas artes e o significado e valores inscritos em convenções e instituições sociais, que estruturam o modo de vida de uma determinada sociedade.

A análise de Willians examina as relações entre as condições materiais de produção e de recepção das obras sem colocar nenhuma condição que as coloque à parte, em um domínio separado da vida social, mesmo que for para elevá-la como promessa de liberação humana.

Segundo esta análise, fortalecer o produtor cultural, é manter sua autonomia em grau satisfatório para que este tenha condições de dialogar em igualdade com as forças sócias atuantes, pois se todos forem capazes de participar ativamente na formação da cultura, através das instituições democráticas de uma nova ordem social, o resultado provavelmente será uma cultura muito mais heterogênea do que a que temos nas condições atuais, onde, como se sabe, a diversidade é toda de superfície.

CAPÍTULO 5

TEORIA COMO INTERVENÇÃO

Estabelecido o tripé conceitual da pesquisa (patrimônio natural, patrimônio imaterial e animação cultural), optou-se por delimitar a intervenção inicialmente a uma comunidade e sua produção específica. Sendo assim, foi escolhido como objeto de pesquisa um bloco carnavalesco existente há mais de trinta anos na comunidade Matta Machado, situada no Alto da Boa Vista.

O **Bloco Carnavalesco Unidos do Alto da Boa Vista**, inicialmente um bloco de empolga, ou seja, sem pretensões competitivas, foi através do tempo tornando-se uma agremiação de enredo e hoje reúne em seus desfiles aproximadamente mil pessoas. Em uma comunidade de pouco mais de três mil habitantes, situada em um bairro de baixa densidade demográfica, somente este aspecto já o credenciaria como manifestação cultural mais importante. Porém, é realmente o fato e ser o único mantenedor de uma cultura realmente popular, em uma região com incipiente oferta cultural, que o torna potencialmente propício a efetivar-se como espaço para a construção de um projeto com as características que procuro.

Apesar das evidências, o bloco não se apresenta como tal espaço, mantendo atividades restritas ao período carnavalesco, sem quadra, promovendo atividades que mais reforçam que desmistificam o *status quo*, e principalmente parece não haver uma consciência crítica quanto ao papel diferenciador que o patrimônio natural pode exercer na construção de um carnaval mais genuíno e contextualizado à comunidade.

Diante deste quadro, começou-se a ponderar sobre o tipo de intervenção que teria mais impacto em termos de tomada de consciência mais aprofundada daquelas pessoas sobre suas próprias práticas.

Sob a influência de estudos sobre o uso do cinema nas pesquisas etnográficas, concluiu-se que um bom caminho seria a construção de um documentário em que, através de suas falas, estes indivíduos pudessem reconstruir e refletir a história do bloco e da comunidade. Este caminho foi apontado principalmente sobre leituras do cineasta russo Sergei Einsestein, para quem o cinema permita ao espectador a “experiência de completar uma imagem”. Tal experiência gera, ao contrário do discurso situado em uma retórica simplista, uma compreensão do tema mais primal e mais poderosa do qualquer apelo através do discurso formal e da lógica. Afirmava ainda que nas sociedades pré-revolucionárias como as nossas, a verdadeira arte deve necessariamente ser uma força insurgente destinada a manifestar, no nível da percepção e da imaginação, as antinomias de uma sociedade fora de sintonia com o homem e com a natureza.

Apoiados sobre estas idéias e buscando compreender as influências múltiplas entre o meio e o homem, e a cultura resultante deste processo como espaço legitimador de um conhecimento alternativo, partiu-se para a construção do documentário.

Com o apoio do Departamento de Arte Corporal da Escola de Dança da UFRJ, que cedeu equipamentos, instalações e profissionais, e com a ajuda imprescindível de pessoas que após o trabalho tornaram-se amigas, filmou-se durante o período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2006 entrevistas com as pessoas mais destacadas do bloco, seja por uma questão de idade ou pelo comprometimento e dedicação a agremiação e também todo o processo de preparação para o desfile, a concretização do esforço comunitário que se deu no sábado de carnaval.

O documentário intitulado “Curtição”, celebração a motivação que originou o bloco e, na visão do pesquisador, a energia que precisa ser resgatada, foi apresentado à comunidade em dezembro de 2006 em uma tarde de celebração e encontros entre saberes populares e acadêmicos.

O impacto instantâneo foi além das expectativas, gerando um re-encantamento dos produtores culturais quanto à importância do meio na autenticidade de sua criação e sensibilizando todos os envolvidos quanto à validade de tentar costurar através da Cultura Popular uma relação mais íntima e consciente entre homem e natureza.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

Após alguns meses da exibição do filme e depois de um novo desfile de carnaval, conclusões podem ser levantadas.

Antes quero afirmar que não compactuo com a idéia de que o pesquisador deve se tornar o interlocutor da comunidade, não aceito a idéia do intelectual como aquele que fala pelas massas, mesmo porque, segundo Gramsci (1981), massa é tão somente um termo que determinado grupo aplica a outro em detrimento da identidade deste.

Defendo a idéia de que o trabalho sobre pesquisa popular junto a qualquer comunidade deve representar uma conjunção entre saberes, entre aqueles oriundos da própria comunidade, responsável pela determinação de sua construção histórica, e outro, do pesquisador, que não deve abrir mão de sua posição e identidade, sem que isto represente uma posição neutra tão defendida nestes tempos neoliberais.

Pressupondo-se isto posso afirmar que a ação da pesquisa resultou em reflexões que determinaram mudanças estruturais na diretoria da agremiação, mas que ainda não tiveram tempo suficiente para determinar, se é que isto acontecerá, mudanças no fazer cultural da comunidade.

No desfile deste ano (2007) o bloco, apesar do enredo que realçava o desaparecimento das brincadeiras tradicionais, o que aponta para a volta dos temas populares e enraizados na comunidade, buscou-se uma apresentação voltada para o carnaval-espetáculo, mesmo que as condições materiais apontassem para o fracasso desta iniciativa. Como resultado a colocação do bloco no desfile foi pífia, o que acarretou seu rebaixamento para uma divisão inferior.

Devido ao caráter dinâmico de qualquer objeto de pesquisa que envolva Cultura Popular, foi necessário optar por este recorte atrelado ao evento do carnaval, sem que

isto representasse uma desconsideração aos intercâmbios existente entre o objeto e seu meio social e natural.

Ao contrário foi justamente através deste ato-espetáculo que se pode apreender melhor as tensões, subordinações e resistências que afloram quando as práticas populares se vêem envolvidas no embate com a indústria cultural.

Sem a ingenuidade daqueles que se situam ou neste ou naquele lado, optamos pelas interseções, pelo espaço entre o espetáculo e a vivência popular pelo lugar onde estes podem hibridar-se.

Este “não lugar” configurou-se como elo entre os eixos teóricos propostos. Foi ali que pudemos comprovar que os saberes ecológicos que procuramos reavivar como essenciais para a virada da crise ambiental estão realmente contidos e permanecem latentes no Patrimônio Imaterial, que estes dialogam, que estes dialogam e resistem pressupostos da sociedade capitalista, espetacular e anti-ecológica. Assumimos que o terceiro eixo: Animação Cultural; necessita de um trabalho contínuo, perenemente constituído entre as partes envolvidas, mas sem que isto signifique que não houve uma ação no ato da pesquisa. Há consciência de que a construção e exibição do documentário para a comunidade representou a sementeira de uma aliança tácita entre as partes que apontam para uma resignificação do espaço do bloco, com oficinas, palestras, cinema e dança, no período fora do ciclo carnavalesco.

Com isso volto a afirmar que não é papel do pesquisador determinar quais fins as práticas culturais produzidas em nossas comunidades venham a ter, mas sim contribuir para que o compreender seu seja provocador ao senso comum imposto ao saber destas comunidades.

Sinceramente, não espero que a pesquisa determine mudanças no patamar do ato-exibição, penso que esta é a autonomia da comunidade em decidir qual o destino que sua produção cultural pode ter.

Por outro lado, como pesquisador-morador desta comunidade, vislumbro como desafio maior para o trabalho, e neste caso iniciativas já estão surgindo, que os sujeitos responsáveis pela cultura que o bloco representa, repensem o valor qualitativo do carnaval-espetáculo em relação ao que o bloco pode representar como espaço de constituição para a resolução dos problemas comunitários, e inserido no que defendi como uma visão ecológica ampliada, participar ativamente deste processo.

Finalmente, pesquisar é mergulhar constantemente na realidade, é sair do conforto das teorias acadêmicas e sujar-se com a vida. Neste sentido o trabalho continua, agora através de parcerias, com intervenções indiretas, mas que sempre irão buscar o incômodo necessário, aqui e lá, para que nenhum dos atores se acomode.

Concluo com a certeza de que este trabalho é apenas o primeiro passo de um longo processo de aprofundamento e reagrupamento dos saberes culturais das comunidades do entorno do Parque Nacional da Tijuca, que pode representar no futuro uma nova concepção de esforço conjunto entre as unidades de conservação e as populações residentes ao seu redor em prol de uma política preservacionista que não seja apenas ecocêntrica ou antropocêntrica, mas que tenha na preservação dos saberes, do meio do qual estes emergem e da melhoria condições sociais para que esta dinâmica mantenha-se saudável, sua principal meta.

BIBLIOGRAFIA

- ANDREW, J. Dudley. As principais teorias do Cinema: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.
- BANDEIRA, Carlos Manes. Parque Nacional da Tijuca. São Paulo: Makron Books, 1993.
- BOFF, Leonardo. Ecologia – grito da terra, grito dos pobres; São Paulo: Editora Ática; 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino. Marques, Marta Inez Medeiros (orgs). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Anoreta editora Paz e Terra, 2004.
- BRASIL, Instituto Terra. Trilhas do Parque Nacional da Tijuca. Rio de Janeiro: Instituto Terra Brasil, 2006.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização; tradução Maurício Santana Dias. 5ª ed. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2005.
- _____. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CEVASCO, Maria Elisa. Dez lições sobre estudos culturais. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. Para ler Raymond Willians. São Paulo: Paz e Terra; 2001.
- DEBORD, Guy. Sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto; 1997.
- FOSTER, John Bellamy; Wood, Ellen Meiksins (orgs). Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

- _____. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Tradução Maria Teresa Machado; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2005.
- GIROUX, Henry A. Atos impuros: a prática política dos estudos culturais. Porto Alegre: Artmed; 2003.
- GRAMSCI, A. Os intelectuais e a formação da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981
- HALL, Stuart. A identidade cultural no pós-modernidade; trad: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. Da diáspora: identidades e mediações culturais; org. Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende... [et al], Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: representação da UNESCO no Brasil; 2003.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. A contribuição dos estudos culturais para pensar a animação cultural. Licere, Belo Horizonte, v7, n1, p.101 – 112; 2004.
- LOPES, Nei. Partido alto: samba de bamba. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
- MAFFESOLI, Michel. Notas sobre a pós-modernidade. O lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica; 2004.
- MATELLART, André, NEVEU, Erik. Introdução aos estudos culturais. São Paulo: Parábola editorial, 2004.
- MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis. 4ª edição; Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A; 1997.
- MELLO, Victor Andrade de. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. Licere, Belo Horizonte, v7, nº1, 2004.
- Menezes, Pedro da Cunha e. Trilhas do Rio. Rio de Janeiro: Salamandra, 1996.
- _____. Novas trilhas do Rio. Rio de Janeiro: Sextante, 1998.

MOURA, Roberto M. No princípio era a roda: um estudo sobre samba, partido-alto e outros pagodes; Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

MULHERM, Francis. A política dos estudos culturais. In: Wood, Ellen Meiksins. John Bellamy (orgs). Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

RESENDE, Beatriz. Apontamentos da crítica cultural. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

UNESCO. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Disposições gerais, artigo 2. Paris, 17 October 2003.

VIEIRA, Ana Cristina P. Lazer e cultura na Floresta da Tijuca: história, arte, religião, fauna, flora e literatura. São Paulo: Makron Books, 2001.